

Euclides da Cunha

# Euclides da Cunha e a República

ROBERTO VENTURA

A REVISÃO DA REPÚBLICA é central na obra de Euclides da Cunha, revelando uma preocupação que manteve ao longo da vida. Está presente nos artigos que escreveu para jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, de 1888 a 1892, e na maior parte de seus livros. Discutiu o regime republicano não só em *Os sertões* (1902), narrativa crítica da guerra de Canudos, como em *Contrastes e confrontos* (1907) e na terceira parte de *À margem da história* (1909), em que tratou da história política no período entre duas proclamações: a da Independência e a da República.

Passou da militância pela República à descrença com os rumos do novo regime, numa mudança que se deu em pouco mais de dez anos, de 1886 a 1897, entre o início dos estudos militares e a cobertura da guerra de Canudos. Sua saída do Exército, em 1896, foi parte de seu crescente distanciamento frente à corporação e à República, que os cadetes da Escola Militar e os jovens oficiais tinham ajudado a fundar. Resultou também de sua inaptidão para a carreira militar, que exigia o respeito, ainda que cego, às hierarquias corporativas, mesmo nos casos em que a autoridade se impunha pela força e pelo arbítrio. Este distanciamento se revelou, em *Os sertões*, em que denunciou as tropas republicanas pelo massacre dos habitantes de Canudos, seguidores do beato Antônio Conselheiro.

## Na Praia Vermelha

Euclides ingressou em 1886 na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, centro de irradiação de idéias positivistas e republicanas. Foi aluno de Benjamin Constant, professor de cálculo, positivista não ortodoxo, um dos líderes do golpe da proclamação. Foi desligado da carreira militar em dezembro de 1888 por ato de insubordinação durante a revista das tropas pelo ministro da Guerra. O comandante da Escola, o general Clarindo de Queirós, tinha proibido os cadetes de participarem de manifestação ao propagandista republicano Lopes Trovão, que retornava ao Rio, vindo da Europa. Para impedir a saída dos jovens da escola, foi marcada inspeção das tropas pelo ministro. Euclides, com 22 anos, saiu de forma durante a revista, atirou ao chão o sabre-baioneta, após tentar sem

sucesso parti-lo sobre a perna, e interpelou o ministro Tomás Coelho sobre a política de promoções no Exército.

O ambiente na Escola Militar era de insatisfação e rebeldia, tanto por causa das simpatias republicanas dos cadetes, quanto pela ausência de promoções para o posto de alferes-aluno desde 1885, devido aos cortes no orçamento do Ministério da Guerra nos últimos anos da monarquia. O título de alferes-aluno era concedido aos alunos aprovados com boas notas nos dois anos iniciais do curso. Além de ser o primeiro posto com fardamento especial, representava a ascensão por mérito próprio, com aumento substancial nos vencimentos. Era, segundo um colega de Euclides, o depois general Augusto Tasso Fragoso, “a maior aspiração e a maior glória do estudante militar” (1).

Com o atraso nas promoções, o governo ignorava os direitos de três turmas de alunos, prejudicando sobretudo os que vinham de famílias remediadas, como Euclides, sem recursos para freqüentar as escolas preferidas pelos filhos das elites, como a Escola Politécnica no Rio de Janeiro, ou as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife. Euclides tinha se matriculado na Politécnica em 1885 e acabou se transferindo, por razões econômicas, para a Escola Militar, já que esta oferecia soldo, além de alojamento, comida e parte dos uniformes.

O futuro autor de *Os sertões* foi o centro de uma controvérsia, que se somou aos muitos atritos, desde 1884, entre o Exército e o governo, sobre o direito dos militares de darem livre expressão às suas idéias. A *Gazeta de Notícias* divulgou o incidente, logo comentado por outros jornais. A *Província de S. Paulo* referiu-se ao ocorrido em artigo com o bem-humorado título de “Trovoada militar”, em alusão ao republicano Lopes Trovão. O jornal paulista considerava, porém, o fato da maior gravidade, indicativo das disposições antimonárquicas dos militares.

O governo tentou abafar o episódio, afirmando que se tratara apenas do acesso nervoso de um estudante muito esforçado. O senador Silveira Martins, que presenciara o protesto de Euclides, leu, no Congresso, carta do ministro da Guerra, que negava a significação política do ato e dizia não ter sido atingido pela arma. Já o deputado Joaquim Nabuco disse, na Câmara, que o governo não deveria permitir que uma instituição mantida pelo Estado se tornasse um foco de agitação revolucionária.

Outras minúcias do episódio se tornaram objeto de debates na imprensa e no parlamento. Discutia-se se Euclides havia conseguido, ou não, partir a arma sobre a perna ou o joelho, como se tal ato tivesse um valor simbólico de quebra da lealdade com a monarquia. O dramaturgo Artur de Azevedo ironizou a controvérsia em crônica no *Diário de Notícias*: “Quem falou verdade nessa questão da Escola Militar? A *Gazeta de Notícias*? O governo? O sr. Silveira Martins? O sr.

Joaquim Nabuco? De que lado está a deusa nua com um espelhinho na mão? O aluno Euclides da Cunha quebrou a baioneta, ou amolgou o sabre? Arremessou a arma aos pés do sr. ministro da Guerra ou quis com ela furar a pança de S. Ex.º...” (2).

Sob o pretexto de incapacidade física, Euclides foi desligado do Exército, após seu pai ter interferido junto ao Imperador para que não fosse aplicada a pena de enforcamento prevista no código militar. Contou, muitos anos mais tarde, ao político e diplomata Gastão da Cunha, que seu protesto fazia parte de um plano de rebelião, estabelecido com outros colegas, para proclamar a República. Pretendiam revoltar toda a escola, prender o ministro da Guerra e marchar até o palácio de São Cristóvão, onde acreditavam que pudessem prender o Imperador e fundar um novo regime político (3).

### Propaganda política

Euclides ganhou certa notoriedade com o incidente. Foi convidado por Júlio Mesquita, para escrever coluna política nas páginas de *A Província de S. Paulo*, que deu origem ao atual *O Estado de S. Paulo*, então engajado na causa republicana. Estreou na imprensa diária com artigos de proselitismo político, em que atacava o Imperador e a família real e pregava a necessidade de revolução política. Acreditava ser inevitável a substituição da monarquia pela República, em conformidade com as leis gerais da evolução política.

Seu primeiro artigo, “A pátria e a dinastia”, saiu em 22 de dezembro de 1888. Comentava a transferência de tropas para o Mato Grosso sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca, presidente do Clube Militar, enviado para um mal disfarçado exílio político. A ação do governo de dispersar o Exército para enfraquecê-lo não impediria, segundo Euclides, a lei da evolução de seguir o seu curso “fatal” e “inexorável”: “Desiluda-se pois, o governo; a evolução se opera na direção do futuro” (4).

Acreditava ser inevitável a passagem da monarquia à República. Sua formação positivista e evolucionista o levava à crença fatalista em uma série linear de etapas do desenvolvimento humano. A República seria introduzida ou pela via pacífica, de forma evolutiva, ou com o uso da força, pela via revolucionária. Escreveu em uma série de artigos de janeiro de 1889: “sabemos que a República se fará hoje ou amanhã, fatalmente como um corolário de nosso desenvolvimento; hoje, calma, científica, pela lógica, pela convicção: amanhã... Amanhã será preciso quebrar a espada do senhor Conde d’Eu” (5).

Procurou precisar sua concepção de República, mas não foi além de definições vagas e genéricas de “governo do povo pelo povo”. Acreditava que tal governo teria de ser “naturalmente aristocrático”, como resultado de uma

democracia dos talentos: “É o governo de todos por alguns – mas estes são fornecidos por todos” (6). Tal conceito de uma aristocracia do mérito era cara aos militares, cuja carreira trazia possibilidades, bastante raras à época, de ascensão social por mérito próprio. Sem entrar em detalhes sobre forma e sistema de governo, retomava a acepção genérica de República como “coisa pública”, baseada na soberania do povo, que delegava o poder a representantes eleitos.

Euclides saudou, em 1º de janeiro de 1889, o novo ano com o artigo intitulado “89”. Fazia o paralelo entre 1789, ano da Revolução Francesa, e 1889, com as comemorações de seu centenário. Julgava necessária uma revolução política, como a ocorrida na França, capaz de apressar a evolução para a República (7).

A Revolução Francesa esteve presente no imaginário dos republicanos brasileiros. Jornais, como a *Gazeta de Notícias* e *A Província de S. Paulo*, publicaram, em 1889, narrativas de episódios da derrubada do Antigo Regime na França, retiradas das obras de Taine, Michelet e Aulard. O aniversário da queda da Bastilha era comemorado, no Rio e em São Paulo, com passeatas ao som da *Marselhesa*, a canção revolucionária preferida dos cadetes da Escola Militar.

Tal paralelo entre a Revolução Francesa e a República brasileira teve trágicas conseqüências, oito anos depois, na guerra de Canudos, quando o governo, o Exército e, em parte, o próprio Euclides acreditaram estar lutando, nos confins da Bahia, contra a restauração monárquica. Esta é a tônica dos dois artigos “A nossa Vendéia”, que Euclides publicou em *O Estado de S. Paulo*, em março e julho de 1897, antes de ser enviado como correspondente ao local do conflito. Comparou Canudos à Vendéia, sublevação camponesa, monarquista e católica, ocorrida na Revolução Francesa, de 1793 a 1795.

A comparação garantia, pela crença na repetição da história, a certeza da vitória sobre os rebeldes do Conselheiro: “Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova” (8). Cinco anos depois, em *Os sertões*, Euclides criticou tal confronto entre Canudos e a Vendéia, ao descartar a idéia de uma conspiração monárquica e mostrar que a rebelião dos seguidores de Antônio Conselheiro era muito mais mística e religiosa do que propriamente política.

Em “Um velho problema”, ensaio que publicou no *Estado* em 1º de maio de 1904, dia do trabalho, manifestou sua adesão ao socialismo científico de Karl Marx, com argumentação evolucionista semelhante à que empregara antes contra a monarquia. Acreditava que as “induçãoes inabaláveis” de Marx eram o resultado de uma “análise rigorosa dos materiais objetivos”. Julgava agora que a Revolução Francesa tinha traído seus ideais ao não ter colocado limites à propriedade burguesa e ter sido incapaz de promover uma distribuição mais eqüitativa da riqueza. Previa assim a futura superação da sociedade burguesa por meio da

revolução socialista, cujo triunfo era “inevitável”: “Garantem-no as leis positivas da sociedade”. A Revolução Francesa tinha oferecido ainda “o espetáculo singular de repudiar, desde os seus primeiros atos, os seus próprios criadores”, referindo-se à devoração dos líderes pelo processo político, o que poderia ser aplicado também à República brasileira (9).

### Ruína dos ideais

Euclides só soube da proclamação da República na manhã do dia seguinte, 16 de novembro, através dos jornais e de um colega da Politécnica, que voltara a cursar após o desligamento do Exército. O colega, sobrinho do major Sólton Ribeiro, contou-lhe os detalhes da revolução e o convidou para reunião, à noite, na casa do tio. Esteve, na tarde do mesmo dia, no quartel-general, com o marechal Deodoro da Fonseca, líder do movimento, nomeado presidente do novo regime. Foi recebido afetuosamente como o cadete que tentara quebrar a espada e que contribuíra para a causa nas páginas da *Província*. Deodoro queria que Euclides fosse reintegrado às armas e voltasse a usar farda, para reparar a injustiça que sofrera há quase um ano. Euclides conseguiu um cavalo para ir até a Escola Militar e pegar um uniforme emprestado nos cabides dos alojamentos. Voltou ao quartel-general, para se juntar aos antigos colegas que desfilavam pela cidade, com roupa e quepe bem maiores do que seu número, num desajuste simbólico de seu desconforto na carreira militar (10).

Euclides retornou ao Exército após a proclamação, com o apoio do major Sólton e de seus colegas da Escola Militar, que encaminharam pedido de reintegração a Benjamin Constant, seu antigo professor, ministro da Guerra do governo provisório. Encontrou-se com Benjamin no dia 17 para falar de sua volta à carreira, sendo readmitido dois dias depois. Logo recebeu, no dia 21, a esperada promoção a alferes-aluno que dera origem a seu protesto um ano antes.

Matriculou-se, em janeiro de 1890, na Escola Superior da Guerra e prestou exames para concluir, em março, o curso de artilharia. Foi promovido a segundo-tenente, em abril, cinco meses após a proclamação, beneficiado pela política de rápidas promoções para os cadetes e jovens oficiais próximos a Deodoro, tornada possível com a reforma dos oficiais superiores, mesmo que aptos a continuar na ativa. Concluiu o curso de estado-maior e engenharia em janeiro de 1892, quando se formou bacharel em matemática e ciências físicas e naturais e recebeu a promoção a primeiro-tenente, seu último posto na carreira (11).

Euclides, com 23 anos, conheceu Ana, sua futura mulher, então com 14 anos, no dia seguinte à proclamação, na reunião na casa do major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro, um dos oficiais de maior atuação no golpe militar. Casaram-se em setembro de 1890, após a sua promoção para o posto de segundo-tenente. Sólton tinha participado das reuniões de preparação do movimento desde

o início de novembro, estando presente em dois encontros decisivos, em 11 novembro, na casa do marechal Deodoro da Fonseca, em que foi escolhido o ministério do governo provisório, e no largo de São Francisco, no dia 14, com Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant, em que foi decidida a antecipação do golpe para o dia seguinte, devido aos rumores de que o governo fazia preparativos para deter a rebelião.

Ante a hesitação de Benjamin, que queria adiar o golpe por alguns dias, Sólon tomou, junto com Bocaiúva, a decisão de precipitar os acontecimentos. Espalhou boatos, no final da tarde de 14 de novembro, sobre a iminente prisão de Deodoro e de Benjamin e o envio de forças policiais contra a 2ª brigada em São Cristóvão, de modo a levantar as tropas contra o governo. Era o comandante de um dos regimentos de cavalaria sediados em São Cristóvão, que se dirigiu ao Campo de Santana – hoje Praça da República – na madrugada de 15 de novembro, para prender os ministros reunidos no quartel-general e derrubar o governo. Foi ainda o portador, em 16 de novembro, da mensagem do governo provisório a d. Pedro II, que comunicava a sua deposição e o banimento do país, tendo acompanhado, na madrugada do dia 17, o embarque da família real rumo a Lisboa (12).

A primeira carta de Euclides de que se tem notícia foi escrita ao pai, o fazendeiro Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, em 14 de junho de 1890. Tratava de assuntos políticos e sentimentais. Anunciava o casamento com Ana, filha do major Sólon. A conselho do sogro, tinha se afastado de algumas ligações políticas e não mais escrevia para o jornal *Democracia*, em que criticara, poucos meses antes, as primeiras medidas do novo governo. Para ele, o país estava entrando em um “desmoralizado regime da especulação”, que permitia “pensar-se em tudo”, “menos na Pátria”.

Atacava ainda, na carta ao pai, Benjamin Constant, seu antigo ídolo, pelo qual fora capaz de se sacrificar e que agora nomeava parentes e conhecidos: “perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado”. Via, por toda parte, corrupção e decomposição capazes de aniquilar as mais sólidas individualidades: “Eu creio que se não tivesse a preocupação elevada e digna que me nobilita, teria de sofrer muito, ante esse descalabro assustador, ante essa tristíssima ruína de ideais longamente acalentados...” (13)

Nos artigos publicados em *Democracia*, de março a junho de 1890, atacava alguns atos do governo provisório, como o decreto que concedia a d. Pedro II um adiantamento pelo espólio de seus bens, que o ex-Imperador altivamente recusou. Para Euclides, o dinheiro da República iria servir para subvencionar a monarquia que havia sido abatida, deportada e banida em hora feliz para o país. Os mesmos sentimentos de desolação e tristeza, confessados ao pai, transparecem

nesses artigos: “A luta (...) começa a perder a sua feição entusiástica e a inocular-nos o travor das primeiras desilusões” (14).

Para combater tamanha desesperança, tomava, como guia, a verdade luminosa dos ideais elevados e da retidão de caráter, “linha reta”, que procurou traçar ao longo da existência. Expressava por meio de tal imagem, freqüente nas cartas aos amigos e familiares, a fidelidade aos princípios éticos aprendidos com o pai, que entravam em choque, muitas vezes, com as exigências da vida profissional ou política.

A política financeira dos ministros da Fazenda do marechal Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa e Barão de Lucena, provocou uma euforia especulativa, chamada de encilhamento, em analogia à preparação dos cavalos antes da corrida. Rui Barbosa autorizou, em 17 de janeiro de 1890, os bancos privados a emitirem dinheiro, dando início a uma série de decretos que foi modificando ao longo de sua gestão. As medidas trouxeram inflação galopante, desconhecida no país desde a década de 1820, com desvalorização da moeda, especulação com títulos e papéis, abertura e fechamento de empresas fantasmas. Diversos contemporâneos de Rui criticaram o decreto como um ato escandaloso de favorecimento às empresas do Conselheiro Mayrink, que recebia não só privilégios bancários como inúmeras facilidades para negócios com terras públicas e contratos de construção. O banco de Mayrink passou a ostentar, a partir do final de 1890, o nome muito significativo de Banco da República... (15).

Em 3 de novembro de 1891, o marechal Deodoro fechou o Congresso, que rejeitara a proposta do governo de conceder nova autorização ao Banco da República para emissão de moeda. O ato de Deodoro foi chamado à época de golpe da Bolsa. Os deputados pretendiam ainda derrubar o veto oposto à lei sobre crimes de responsabilidade, o que tornaria possível denunciar o próprio presidente da República. O golpe da Bolsa foi seguido pelo contragolpe da Marinha, no dia 23 do mesmo mês, que derrubou Deodoro e levou à Presidência seu vice-presidente, o marechal Floriano Peixoto.

Euclides da Cunha participou, de forma secundária, do contragolpe de 23 de novembro, comparecendo a algumas reuniões de preparação da conspiração na casa do vice-presidente. Após a vitória do contragolpe, Floriano enviou o então coronel Sólon a São Paulo para depor o governo estadual que apoiara o golpe de Deodoro. Floriano chegou a convidar Euclides para ocupar cargo político, mas este recusou a oferta, pedindo apenas o que a lei previa para os recém-formados da Escola Superior de Guerra: um estágio na Estrada de Ferro Central do Brasil (16).

Sólon foi promovido ao posto de general em 10 de abril de 1892. No mesmo dia, um grupo de civis e oficiais organizou uma manifestação a Deodoro,

com o objetivo de reconduzi-lo à Presidência. O movimento foi financiado pelo grupo que rodeava o Barão de Lucena, ex-ministro da Fazenda, e os banqueiros Conde de Figueiredo e Conselheiro Mayrink, cujos negócios foram prejudicados pela nova política financeira do governo de Floriano. Foi rápida a reação do governo, prendendo e banindo suspeitos, deportados para pontos distantes da Amazônia. Alguns dias antes, em 5 de abril, treze generais haviam assinado manifesto, em que exigiam novas eleições presidenciais e denunciavam a deposição dos governos estaduais. Todos os signatários foram mandados para a reserva.

O jornal jacobino *Figaro*, de Medeiros de Albuquerque, publicou uma charada com um boato que envolvia Sólon na conspiração de 10 de abril: “Um dos 7 sábios da Grécia / General Manque / Denuncia feminina / 400 contos” (17).

Diversos boatos acusavam Sólon de ter traído o golpe, apropriando-se do dinheiro destinado a subornar as tropas contra o governo. Os rumores diziam ainda que a conspiração fora denunciada pela condessa de Leopoldina, mulher do conde, que se encontrava foragido devido à falência da estrada-de-ferro que dirigia. Sólon foi objeto de investigação secreta, mas acabou inocentado de envolvimento na conspiração em fevereiro de 1893, após ter exigido pelos jornais um conselho de guerra.

Euclides defendia, neste mesmo momento, pela imprensa, a legalidade do governo do marechal Floriano, envolvido na controvérsia jurídica sobre a legalidade de seu mandato como vice-presidente. Escrevia não mais como revolucionário, mas como situacionista, que via na permanência de Floriano no poder a possibilidade de consolidação da República. Mostrava-se favorável, em artigos publicados no *Estado* em março e abril de 1892, a uma “política conservadora”, capaz de garantir o “estabelecimento da ordem”. Atacou os opositores de Floriano, que comparava aos camponeses rebeldes da Vendéia: “A República brasileira tem também a sua Vendéia perigosa.” Mas tinha certeza da vitória do governo, recorrendo ao mesmo paralelo histórico que iria aplicar mais tarde a Canudos: “A República vencê-los-á, afinal, como a grande revolução à Vendéia”... (18)

A Revolta da Armada estourou, em 6 de setembro de 1893, na capital da República, opondo a Marinha e o Exército, que se enfrentaram até março do ano seguinte. Euclides atuou, como tenente, a serviço das forças legais, encarregado de construir trincheiras e fortificações no Rio. Floriano ordenou a prisão de seus opositores, dentre eles, o general Sólon Ribeiro, suspeito de envolvimento com os rebeldes. Sólon, então deputado, havia apresentado projeto de lei à Câmara, incompatibilizando os militares com os cargos políticos, com o objetivo de barrar a candidatura de Floriano às eleições presidenciais em 1894. Foi mantido encarcerado por cerca de um ano e só foi inocentado no final do governo de Floriano.

A revolta repercutiu na carreira militar e na vida familiar de Euclides, que teve atritos e divergências com os sogros, Túlia e Sólon, por conta de possíveis questões políticas. Durante a prisão de Sólon, escreveu a Túlia, pedindo que o seu nome não fosse mais pronunciado na casa dos sogros. Desejava ser completamente esquecido... Sentia-se vítima de “calúnias” e de uma “surda e traiçoeira conspiração”. Fazia ainda um dramático desabafo: “Depois da triste desilusão que sofri, só tenho uma ambição; afastar-me, perder-me na obscuridade a mais profunda (...). Quando se terminar a agitação da nossa terra eu realizarei ainda melhor este objetivo, procurando um recanto qualquer dos nossos sertões” (19).

Confessava, um mês antes, em carta ao pai: “Meu pai, eu sinto o maior abatimento”. Sofria de tosse insistente, causada pela tuberculose, e dizia levar uma vida miserável, sem higiene ou alimentação regular, por conta desta “maldita revolta que a tantos tem feito sofrer”. Devido aos combates em Niterói e no Rio de Janeiro, não tinha conseguido obter licença médica (20).

Euclides não chegou a visitar o sogro na prisão, recolhido na Fortaleza da Conceição em condições precárias, junto com outros inimigos de Floriano. Nas cartas escritas do cárcere, o general se queixava a Túlia do genro “imprestável”, incapaz de ir vê-lo ou mesmo de lhe escrever. Como o governo impunha severas restrições às visitas aos presos políticos, era difícil, senão impossível, que um oficial do Exército, a serviço do governo, recebesse permissão para se encontrar com um general opositor preso. Ainda assim teve a coragem e a ousadia de solicitar, em outubro de 1893, entrevista ao marechal Floriano, para pedir garantias de vida para o general Sólon, pois corriam notícias de que havia sido ordenado o seu fuzilamento.

Só escreveu a Sólon em junho de 1894, nove meses após sua prisão, para lhe recomendar que não aceitasse a transferência anunciada para Mato Grosso. O próprio Euclides já se encontrava fora do Rio, transferido para a pequena cidade de Campanha, no interior de Minas Gerais, como punição por duas cartas enviadas à *Gazeta de Notícias*, em fevereiro de 1894, em que protestou contra a execução dos prisioneiros políticos, pedida pelo senador João Cordeiro.

Desgostoso com a carreira militar, pediu licença do Exército em 1895 e reforma no ano seguinte no posto de tenente, com direito à terça parte do soldo. Trabalhou como engenheiro estadual em São Paulo até 1904, e como chefe da expedição ao Purus e cartógrafo do Itamaraty de 1904 a 1909. Enfrentou inúmeras dificuldades, trazidas pelas sucessivas viagens e pelos limitados vencimentos que mal cobriam o orçamento doméstico. Só encontrou colocação profissional estável, com residência fixa, ao ingressar no Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, como professor de lógica em julho de 1909, menos de um mês antes da morte.

## A República em *Os sertões*

A crítica de Euclides aos desvios da política republicana se radicalizou em *Os sertões*, publicado em 1902, em que acusou os governos federal e estadual e sobretudo o Exército pelo genocídio dos habitantes de Canudos. Narrava a guerra de Canudos, travada no sertão da Bahia de novembro de 1896 a outubro de 1897, cujos momentos finais presenciara, cinco anos antes, como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*.

O livro surpreendeu tanto pelo cuidado estilístico e literário, com uma escrita altamente expressiva e imagética, quanto pela amplitude dos assuntos tratados. Além de relatar a guerra, o engenheiro-escritor mostrava ambições de historiador e de cientista, abordando o clima e a vegetação do semi-árido, a raça, o homem e os costumes do sertão, a formação de Canudos e a biografia do Conselheiro. Discutia ainda a fundação da República por meio de um golpe militar e os problemas que tal origem trouxera ao novo regime. Criticava, de forma aguda, quer o militarismo dos primeiros governos, quer o liberalismo artificial de uma Constituição que as elites civis violentavam por meio de fraudes e manipulações eleitorais.

Tais posições políticas o aproximavam dos políticos reunidos em torno de Júlio Mesquita e de *O Estado de S. Paulo*, no qual dera início à sua atividade jornalística. Foi este jornal que o enviou a Canudos como correspondente de guerra. Foi ainda com o *Estado* que o escritor mais colaborou, com artigos políticos e ensaios históricos ou científicos.

Júlio Mesquita foi um dos líderes, junto com Alberto Sales, antigo dono da *Província*, da dissidência paulista, que reuniu, de 1901 a 1906, políticos que se opunham às fraudes eleitorais inauguradas com a política dos governadores do presidente Campos Sales (1898-1902). O deputado Júlio Mesquita pregou, por meio de seu jornal, a revisão da Constituição, como forma de corrigir o falseamento do sistema representativo. Atuou ainda na campanha civilista de 1909, que lançou a candidatura de Rui Barbosa, em oposição ao marechal Hermes da Fonseca, vitorioso nas eleições presidenciais de 1910 (21).

Euclides criticou, em *Os sertões*, a ação do Exército, no interior da Bahia, contra os seguidores do Conselheiro. A guerra prolongou, para ele, a “desordem” criada por Floriano, para combater outra “desordem”: a Revolta da Armada. Canudos teria sido o resultado da instabilidade dos primeiros anos de uma República, decretada “de improviso” e introduzida como “herança inesperada” ou “civilização de empréstimo”, que copiava os códigos europeus. Em trecho de *Os sertões*, que não foi incluído na versão final do livro, observou que o novo regime fora incapaz de romper com o passado: “A República poderia ser a regeneração. Não o foi. (...) a velha sociedade não teve energia para transformar a revolta feliz numa revolução fecunda” (22).

Sua crítica à República trazia implícita a revisão de suas próprias posições políticas, marcadas pela adesão a um conjunto de crenças científicas e filosóficas, que se materializaram no movimento republicano. O positivismo do filósofo francês Auguste Comte e o evolucionismo do inglês Herbert Spencer foram as duas concepções científicas e filosóficas a que Euclides aderira, no final da década de 1880, como cadete da Escola Militar e jovem oficial do Exército no início dos anos 90. A Revolução Francesa serviu a Euclides e a muitos dos republicanos de inspiração para a derrubada do “Antigo Regime” no Brasil, representado pela realeza hereditária e por uma monarquia constitucional acusada de arbítrio político.

Esta mistura de credos – Revolução Francesa e filosofias positivista e evolucionista – fortalecia sua fé no caráter redentor das revoluções políticas, na evolução da humanidade através de uma série linear de etapas históricas. A República surgia, aos seus olhos e aos de seus colegas da Escola Militar, como a salvação da nação brasileira, que traria a reparação da honra da corporação, cujos cadetes e jovens oficiais se sentiam indignados com os baixos salários e com a lentidão nas promoções.

Mas a República era também a mulher amada com que os cadetes sonhavam. Esta personificação feminina da República, meio revolucionária e meio romântica, foi um dos traços que os republicanos brasileiros importaram da Revolução Francesa. Euclides e seus colegas tinham predileção pela poesia romântica e admiravam Victor Hugo, cuja morte foi pranteada na Escola Militar. Já em 1883, Euclides, aluno do Colégio Aquino no Rio, escreveu uma série de poemas com o título de *Ondas*, que enaltecem heróis da Revolução Francesa e trazem marcas românticas como a valorização do indivíduo, capaz de fazer e transformar a história (23).

Sua revisão da República resultou de uma longa e sofrida reelaboração, em que deixava transparecer certa dose de culpa ou remorso pelo silêncio cúmplice a que precisou se submeter. Tanto em *Os sertões*, como nos ensaios “A esfinge” e “O marechal de ferro”, em que criticou o autoritarismo político de Floriano, irrompe uma escrita represada e remoída, que só pôde ser traçada sob a luz fria da reflexão, depois de extintos os fatos e muitos de seus personagens. Defrontou-se, no calor da hora, com a impossibilidade de erguer a voz ou de brandir a pena contra os desmandos de um regime político, em que desapareciam os contornos entre heróis e bandidos, entre civilização e barbárie.

Ao cobrir a guerra de Canudos, Euclides silenciou sobre o horror da guerra. Deixou-se cegar pela máquina de propaganda da imprensa e do governo, para a qual contribuiu com artigos exaltados, que se encerravam com os brados patrióticos de “viva a República” ou “a República é imortal”. Passou quatro anos, após o término do conflito, preenchendo centenas de folhas de papel com sua letra minúscula, para ordenar o caos e superar o vazio trazidos sob o impacto

da “região assustadora”, como escreveu no poema “Página vazia”. Seguiu reven-  
do, na mente, as imagens comoventes da “guerra despiedada e aterradora” (24).

Cortesia do autor



Alegoria da República, de Manuel Lopes Rodrigues

A violência do conflito ultrapassou todos os limites morais que o repórter de *O Estado de S. Paulo* podia suportar. Passou fome e enfrentou privações, que faziam vítimas dos dois lados, tanto entre os soldados, quanto entre os canudenses. Presenciou as atrocidades contra os prisioneiros, que foram degolados, e cujas mulheres e crianças foram estupradas e traficadas. Tamanha violência trouxe a eclosão de sua crítica à República, com a denúncia da guerra de Canudos, e o projeto, depois interrompido, de escrever um livro sobre a Revolta da Armada.

Euclides abandonou o livro sobre a revolta, quando foi nomeado pelo Barão do Rio Branco, em 1904, para chefiar a expedição de reconhecimento do Alto Purus, na fronteira entre o Acre e o Peru. Sua atenção intelectual se voltou então para a Amazônia, assunto de outra obra

também inacabada, com o título de *Um paraíso perdido*. Fazia referência ao poema épico de John Milton, *Paradise lost* (1674), sobre a queda de Adão e sua expulsão do paraíso.

### A visão do pesadelo

Euclides foi um eterno insatisfeito com as condições materiais e intelectuais do exercício de suas atividades profissionais, tanto como cadete ou oficial do Exército de 1886 a 1895, ou engenheiro estadual em São Paulo até 1904, quanto na chefia da expedição ao Purus em 1905 ou adido ao Ministério das Relações Exteriores até 1909. Além de entrar em choque com as determinações dos chefes ou superiores, ressentia-se com toda e qualquer ocupação que lhe roubasse o tempo que gostaria de dedicar à leitura e à escrita. Arrastou consigo a incômoda contradição entre a face pública de escritor consagrado e a busca inglória de emprego mais propício à atividade literária. Conviveu com tal dilema até poucas semanas antes de sua morte, quando conseguiu ingressar no Colégio Pedro II, como professor de Lógica, após tumultuado concurso.

Em carta para Oliveira Lima, embaixador do Brasil em Washington, comentou as dificuldades do concurso. Observava, com amarga ironia, que estava em uma “situação maravilhosa”: “A ver navios! Nem outra coisa faço nesta adorável República, loureira de espírito curto que me deixa sistematicamente de lado” (25). Residia na casa em Copacabana, cujos fundos davam para a praia, e



Elvino de Barros

*Prisioneiros da 4ª Expedição Militar em Canudos, outubro de 1897*

ficava a ver navios, enquanto se preparava para o concurso... Referia-se às inúmeras tentativas, todas frustradas, de obter posição profissional mais compatível com suas inclinações artísticas e científicas.

Tentara, sem sucesso, entrar para a Escola Politécnica de São Paulo como professor, mesmo contando com o apoio de Júlio Mesquita e da turma do *Estado*. Pensou em ingressar na política, como candidato a deputado por São Paulo ou Minas Gerais, com a ajuda de Mesquita ou do amigo Francisco Escobar. Trabalhou no Itamaraty de 1904 a 1909, como chefe de expedição e depois como cartógrafo, mas já perdera o sonho de entrar para a carreira diplomática, e até a esperança de obter cargo estável, já que o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, não chegou a apoiar qualquer dessas pretensões.

Mas não ficou, no fim da vida, totalmente desassistido pela República que ajudara a fundar. Conseguiu ser nomeado para o Colégio Pedro II, apesar de classificado em segundo lugar, graças ao seu renome de escritor, membro da Academia de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico. Contou ainda com a indispensável influência do Barão do Rio Branco e do escritor Coelho Neto, que interferiu a seu favor junto ao presidente da República, Nilo Peçanha, que preteriu o filósofo Farias Brito, que obtivera a primeira colocação (26).

O livro que pretendia escrever sobre a Revolta da Armada daria prosseguimento à sua revisão da República. Os ensaios “O marechal de ferro” e “A esfinge”, reunidos em *Contrastes e confrontos*, são fragmentos desta obra. Ao construir trincheiras no porto do Rio durante a revolta, presenciou a inspeção das obras pelo marechal Floriano Peixoto, que apareceu incógnito no meio da noite, vestido à paisana. O marechal de ferro surgia, para ele, como “esfinge”, em cuja face enigmática via inscritos os destinos da República: “À meia penumbra da claridade em bruxoleios, lobriguei um rosto imóvel, rígido e embaciado, de bronze (...) – um busto de duende, em relevo na imprimadura da noite, e diluindo-se no escuro feito a visão de um pesadelo” (27).

Floriano foi, na visão de Euclides, a esfinge da República, capaz de decidir os rumos políticos pela dubiedade de suas ações. Chefe das forças da monarquia, foi também o aliado, com o qual contaram Deodoro e outros militares rebeldes no momento da proclamação. Vice-presidente de Deodoro, conspirou abertamente contra ele e preparou o contragolpe de novembro de 1891, que tiraria o velho marechal do poder.

Euclides se deparou com tal visão do pesadelo na Revolta da Armada e na guerra de Canudos, em que assistiu à derrocada dos sonhos e ideais da juventude. Percebeu tal visão no rosto sinistro do marechal Floriano ou na expressão resignada dos prisioneiros degolados em Canudos. Testemunha e intérprete dos caminhos e descaminhos da República, sua biografia se confunde com a história social e política.

## Notas

- 1 Celso Castro. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995, p. 42 e ss.
- 2 Cit. por Eloy Pontes. *A vida dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, p. 79.
- 3 *Diário de Gastão da Cunha*. Manuscrito. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1907 (Rio de Janeiro, Coleção Miguel Gastão da Cunha).
- 4 Euclides da Cunha. A pátria e a dinastia (22 dez. 1888). In: *Obra completa*, v. 1. Rio de Janeiro, Aguilar, 1966, p. 545.
- 5 *Id.* Atos e palavras (15 jan. 1889). In: *Obra completa*, v. 1, p. 555.
- 6 *Id.*, *ibid.* (11 jan. 1889), p. 551.
- 7 *Id.* 89 (1 jan. 1889). In: *Obra completa*, v. 1, p. 547 e ss.
- 8 *Id.* A nossa Vendéia (14 mar. 1897). In: *Canudos: diário de uma expedição*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939, p. 167.
- 9 *Id.* Um velho problema (1 maio 1904). In: *Contrastes e confrontos* (1907). Porto, Magalhães & Moniz, 1913, p. 314 e ss.
- 10 Olímpio de Souza Andrade. *História e interpretação de Os sertões*. São Paulo, EDART, 1966, p. 49-50. Félix Pacheco. Dois egressos da farda: o sr. Euclides da Cunha e o sr. Alberto Rangel (1909). In: Alberto Rangel *et al.* *Por protesto e adoração. In memoriam de Euclides da Cunha*. São José do Rio Pardo, Grêmio Euclides da Cunha, 1919.
- 11 Repartição de Ajudante General. *Coleção das Ordens do Dia*. Rio de Janeiro, 1890-1893.
- 12 Quintino Bocaiúva. Como se fez a República. In: *A ilustração brasileira* (Rio de Janeiro), n. 12, p. 211-213, 15 nov. 1909. Anfriso Fialho. *História da fundação da República no Brasil*. Brasília, Ed. da Univ. de Brasília, 1983. Tobias Monteiro. *Pesquisas e depoimentos para a história*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1982.
- 13 Euclides da Cunha. Carta ao pai (Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha). Rio de Janeiro, 14 jun. 1890 (São José do Rio Pardo, Casa de Cultura Euclides da Cunha). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo, EDUSP, no prelo.
- 14 *Id.* O ex-Imperador (3 mar. 1890), Sejamos francos (18 mar. 1890). In: *Obra completa*, v. 1, p. 567-569.
- 15 Raimundo de Magalhães Jr. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. Edgar Carone. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo, DIFEL, 1972. John Schulz. *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. Inédito.
- 16 Euclides da Cunha. O marechal de ferro (29 jun. 1904). In: *Obra completa*, v. 1, p. 106-110. *Id.* Carta a Lúcio de Mendonça, 1904. In: *Obra completa*, v. 2, p. 640-641.

- 17 Túlia Teixeira Ribeiro. Boato. Manuscrito (Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).
- 18 Euclides da Cunha. Dia a dia (5 e 6 abr. 1892). In: *Obra completa*, v. 1, p. 591-594.
- 19 *Id.* Carta a Túlia Teixeira Ribeiro. Rio de Janeiro, 7 jan. 1894. In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*.
- 20 *Id.* Carta ao pai (Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha). Rio de Janeiro, 11 dez. 1893 (São José do Rio Pardo, Casa de Cultura Euclides da Cunha). In: Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*.
- 21 Paulo Duarte. *Júlio Mesquita*. São Paulo, HUCITEC, 1977.
- 22 Euclides da Cunha. Manuscrito inédito de *Os sertões* (Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional). Publicado em: Leopoldo Bernucci. *A imitação dos sentidos: prólogos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo, EDUSP, 1995.
- 23 José Murilo de Carvalho. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. Os poemas de *Ondas* foram parcialmente publicados em: E. da Cunha. *Obra completa*, v. 2.
- 24 *Id.* Página vazia (out. 1897). In: *Obra completa*, v. 2. Rio de Janeiro, Aguilar, 1966, p. 656.
- 25 *Id.* Carta a Oliveira Lima. Rio de Janeiro, 18 jun. 1909. Cf. Thomas E. Skidmore e Thomas H. Holloway. New light on Euclides da Cunha: letters to Oliveira Lima, 1903-1909. In: *Luís-Brazilian Review* (Madison), v. 8, n. 1, p. 30-55, Sommer 1971, p. 50. Parte da carta encontra-se em: E. da Cunha, *Obra completa*, v. 2, p. 707.
- 26 *Id.* Carta a Gastão da Cunha. Rio de Janeiro, 8 ago. 1909 (Rio de Janeiro, Coleção Miguel Gastão da Cunha). Henrique Maximiano Coelho Neto. Carta a Nilo Peçanha, 3 jul. 1909 (Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional). Cf. Josué Montello. Uma correspondência literária. In: *Uma palavra depois de outra*. Rio de Janeiro, 1969.
- 27 *Id.* A esfinge. In: *Contrastes e confrontos* (1907), p. 281.

#### Resumo

A revisão da República é central na obra de Euclides da Cunha, presente em seus artigos de jornal e na maior parte de seus livros. Analisou o regime republicano não só em *Os sertões* (1902), em que tratou da guerra de Canudos, como em *Contrastes e confrontos* (1907) e em *À margem da história* (1909). Foi testemunha e intérprete dos rumos do novo regime, que ajudara a fundar com artigos de propaganda política no jornal *A Província de S. Paulo*.

#### Abstract

The revision of the Republic is a central concern in the works of Euclides da Cunha. It appears in his newspaper articles and in most of his books. He analysed the republican

regime not only in *Os sertões* (*Rebellion in the backlands*, 1902), in which he deals with the Canudos War, but also in *Contrastes e confrontos* (1907) and in *A margem da história* (1909). He both witnessed and interpreted the trends of the new regime which he had helped to set up with his political articles in the newspaper *A Província de S. Paulo*.

*Roberto Ventura* é professor de teoria literária e literatura comparada da USP e autor de *Estilo tropical* (Companhia das Letras, 1991).

Texto apresentado pelo autor no seminário da Área de História Cultural realizado em 29 de abril de 1994 no IEA-USP.